

The background of the entire page is a vibrant, stylized illustration of a diverse group of women's faces. The women have various skin tones, hair colors, and styles, and are wearing different types of headwear and jewelry. The style is reminiscent of pop art or graphic design. The faces are arranged in a dense, overlapping pattern, creating a sense of community and diversity.

# DE QUAL CRESCIMENTO ECONÔMICO AS MULHERES NECESSITAM?

Propostas para um desenvolvimento  
com perspectiva de gênero na  
América Latina e no Caribe



**DE QUAL CRESCIMENTO  
ECONÔMICO AS MULHERES  
NECESSITAM?**

Propostas para um desenvolvimento  
com perspectiva de gênero na  
América Latina e no Caribe

## **DE QUAL CRESCIMENTO ECONÔMICO AS MULHERES NECESSITAM?**

Propostas para um desenvolvimento com perspectiva de gênero  
na América Latina e no Caribe

Editado por:

Rede Latino-americana por Justiça Econômica e Social - Latindadd, 2021

Jr. Mariscal Miller 2622, Lince, Lima – Peru

Telefone: (51)(1)711-1914

latindadd@latindadd.org

www.latindadd.org

Coordenação Geral Latindadd:

Carlos Bedoya

Coordenação de área:

Patricia Miranda

Elaboração:

Cristina Pereira Vieceli

Edição:

Verónica Serafini Geoghegan

Comentários e contribuições:

Patricia Miranda

Rodolfo Bejarano

Daniela Berdeja

Design e Diagramação:

Katty Lázaro

Este documento foi elaborado com o apoio de:

William + Flora Hewlett Foundation

Data da publicação – Abril 2022

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
DE QUAL CRESCIMENTO ECONÔMICO AS MULHERES NECESSITAM? Propostas para um desenvolvimento com perspectiva de gênero na América Latina e no Caribe	7
AS LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM ECONÔMICA TRADICIONAL	10
QUAL A SITUAÇÃO DAS MULHERES NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS?	17
QUE ECONOMIA DESEJAMOS?	23
O QUE ACONTECEU COM AS MULHERES LATINO-AMERICANAS E SUAS OPORTUNIDADES ECONÔMICAS?	30
REFERÊNCIAS	41

## APRESENTAÇÃO

Este documento busca chamar a atenção sobre a inadequação do Produto Interno Bruto (PIB) para dar conta do desempenho econômico. O PIB, ainda que seja um indicador amplamente utilizado, é incompleto para avaliar de maneira íntegra a situação da economia de um país e menos ainda das mulheres.

As importantes desigualdades sociais e econômicas preexistentes ao longo do período de crescimento econômico verificado pela América Latina no século XXI e os modelos econômicos baseados nas exportações de matérias primas com pouco efeito multiplicador no mercado de trabalho na arrecadação tributária não conseguiram gerar as condições para que no nível micro sejam observadas melhoras substanciais.

No caso particular das mulheres, o aumento do PIB não garantiu a geração de empregos de qualidade e em quantidade suficiente nem a redução das brechas em relação aos homens. A autonomia econômica das mulheres e a qualidade do trabalho continua sendo uma dívida pendente, de forma que persiste sua baixa renda, sua sub-representação nos lares pobres. Nesse contexto, falar de recuperação econômica no pós pandemia e fazer referência exclusivamente ao aumento do PIB, é claramente insuficiente como objetivo do desenvolvimento, já que as mulheres ficarão novamente para trás.

O crescimento que as mulheres requerem deve gerar empregos com seguridade social, recursos tributários para financiar os serviços que permitam às mulheres integrar-se com o trabalho

remunerado em condições de igualdade, tanto em termos de credenciais educativas como da carga de trabalho não remunerado.

Enquanto as mulheres forem mantidas relegadas nas capacidades que o mercado exige e continuem sendo as principais responsáveis pelo cuidado e trabalho doméstico, sempre vão ter dificuldades para serem incorporadas e mantidas em empregos bem remunerados, estáveis e de qualidade.

Avançar em direção à igualdade de gênero, ao bem-estar e à emancipação das mulheres exige padrões de crescimento econômico distintos aos que a América Latina teve. A recuperação pós-COVID exige uma transformação estrutural das condições do crescimento econômico.



# DE QUAL CRESCIMENTO ECONÔMICO AS MULHERES NECESSITAM?

## Propostas para um desenvolvimento com perspectiva de gênero na América Latina e no Caribe

Para responder à esta questão é necessário inicialmente compreender que não existe um tipo de mulher. Somos plurais e diversas, cis, trans, negras, brancas indígenas, migrantes, vivemos nas zonas rurais e nas cidades, somos jovens, idosas, crianças, lésbicas, mães, avós, solteiras, casadas. Somos muitas e diversas, com diferentes questões que permeiam nossas vidas e dos nossos afetos.

Ao tratarmos dos problemas que unificam as mulheres latino-americanas também devemos considerar as diferenças socioeconômicas entre países que compõe nosso continente. Economias que passaram por distintos níveis de industrialização, que possuem diferentes formatos de relações de cuidados, com maior ou menor participação do Estado, do setor privado, da família e da comunidade. Economias que possuem diferentes relações raciais, línguas e distintos problemas relacionados à pobreza e à desigualdade.

Para analisar o que necessitam as mulheres latino-americanas, portanto, é importante que o ponto de partida seja sempre o da diversidade, buscando um olhar das camadas da população que são marginalizadas pelo sistema econômico. Em relação à América Latina, apesar das nossas diferenças estruturais e sociais, temos pontos em comum, que unificam a nossa história. Nossos territórios passaram por violentos processos de colonização, sofreram e sofrem intervenções

democráticas. As questões econômicas estruturais refletem em nossa constituição social, e nos locais em que ocupamos no mercado de trabalho.

O que traz unidade para a nossa luta como mulheres, é a compreensão que vivemos em uma sociedade desigual, caracterizada por diferentes sistemas de opressões, entre os principais de gênero, raça e classe e que dentro desta estrutura, estamos em posições inferiores.

Além disso, os países do Sul, em que pese os latino-americanos, possuem um papel geopolítico historicamente relegado à periferia do mundo. O que concretamente significa que nossas economias são voltadas principalmente para a exportação de produção agrícola e de manufaturas de baixo valor agregado. Outra questão característica é a alta desigualdade social, que se retroalimenta em um sistema político-econômico fundamentado em manter os privilégios de uma diminuta parcela populacional. Tentativas de fortalecer a democracia são constantemente abaladas por processos intervencionistas.

As desigualdades estruturais acima relacionadas podem ser constatadas quando analisamos as estatísticas e os indicadores relacionados à gênero. As centenas de anos de luta das mulheres latino-americanas abriram brechas no sistema político e econômico, para que as nossas vidas fossem valorizadas e nossas vozes ouvidas. Tivemos avanços importantes em termos de legislação social, direitos reprodutivos, e estatísticas relacionadas à gênero.

Ainda assim, estruturalmente, as mudanças são restritas, o que nos leva a pensar que as soluções e os problemas devem ser analisados sob novas perspectivas. Políticas de acesso a oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho, conforme indicam os principais organismos internacionais como Banco Mundial e FMI, não são suficientes. O "empoderamento de mulheres e meninas", através de maiores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e políticas de microcrédito, não resolve as questões de todas as mulheres. A visão de que a falta de oportunidades é o principal impedimento para o desenvolvimento dos países periféricos é restrita. Ela se baseia principalmente em um tipo específico de crescimento, que está relacionado ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB).



A busca por novas soluções para a vida das mulheres e das comunidades dos países Latino-Americanos, portanto, perpassa por compreender a economia sob novas perspectivas, buscando soluções que não sejam colonizadoras. Essa necessidade é ainda mais relevante no momento histórico que passamos, em que a crise pandêmica aprofunda as desigualdades entre países e internamente. A pandemia atinge o capitalismo mundial em um período em que já vivíamos em uma crise econômica, política, ambiental, no mercado de trabalho e de cuidados.

Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir do olhar feminista e latino-americano, que tipo de crescimento, desenvolvimento, que caminhos devemos perseguir. Para tanto, dividimos a análise em três seções, além desta introdução: na primeira, faremos uma crítica a respeito das limitações da abordagem econômica tradicional, da forma como são mensurados os principais indicadores econômicos e das soluções para as mulheres indicadas pelos principais organismos internacionais. Na segunda parte, analisaremos a inserção feminina na América Latina, dando destaque para os anos 2000, em que vivemos um período de crescimento econômico seguido de um processo de recessão e crise política, que culminou recentemente com a crise pandêmica. Por fim, na terceira e última seção, analisaremos as principais soluções para a crise sistêmica que enfrentamos sob o olhar da economia feminista, em que destacamos as políticas macroeconômicas voltadas para o mercado de trabalho, sistema tributário, proteção social e sustentabilidade da vida.



## AS LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM ECONÓMICA TRADICIONAL

O crescimento do PIB e da renda monetária, não estão diretamente relacionados com a melhoria da qualidade de vida de toda a população, principalmente das mulheres de classes e raças marginalizadas. A começar que a própria fórmula de cálculo do PIB não contempla a maior parte dos trabalhos das mulheres, das meninas e das comunidades, principalmente dos países periféricos. Isto porque, o Sistema de Contas Nacional (SCN) compreende majoritariamente a parte da produção trocada no mercado por dinheiro.

Antes de prosseguirmos é importante explicar brevemente o que é o Sistema de Contas Nacional (SCN), qual a sua importância e como ele exclui os trabalhos das mulheres. O SCN é um modelo de contabilidade da produção nacional organizada pelas Nações Unidas e que serve como parâmetro para a contabilidade de diversos países do mundo. Atualmente, é uma das principais ferramentas utilizadas pelo setor público para a definição de políticas econômicas e planos de investimentos governamentais. Ele também é utilizado pelas principais organizações internacionais, como BM e FMI para analisar e definir projeções sobre a situação financeira das economias do mundo, traçando estratégias e planos de "assistência" às economias com problemas fiscais. Os indicadores derivados do SCN, em que o PIB é o principal, são também importantes termômetros utilizados pelo setor privado na definição de planos de investimentos.

A primeira versão do SCN data de 1953, e, segundo Waring (2004), tinha como principal objetivo a definição de uma contabilidade nacional padronizada a fim de organizar e justificar os gastos de guerra. Atualmente, serve principalmente como forma de controle do fluxo de caixa e análise da capacidade de débito dos países devedores. Waring (2004), enfatiza ainda o caráter colonizador

e patriarcal do SCN, já que as regras impostas aos países devedores excluem boa parte da produção que não é trocada no mercado. Além disso, é uma ferramenta que não mensura a bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável, haja vista que a degradação do meio ambiente é contabilizada como externalidade. O mesmo ocorre para a maior parte dos trabalhos que garante a reprodução social.

A crítica de Waring à metodologia adotada pelo SCN, reproduzida na obra "If women counted" cuja primeira edição é de 1988, foi um importante marco tanto para as atualizações que prosseguiram do SCN, bem como contribuiu para o desenvolvimento da economia feminista como uma linha de investigação própria.

O SCN passou por três revisões principais, além da primeira versão, de 1953, a segunda foi lançada em 1968, a terceira em 1993 e a última em 2008. Somente em 1993 parte da produção não mercantil dos domicílios foi incluída na contabilidade nacional, qual seja, os bens para consumo próprio e para a produção agrícola, excluindo todos os serviços domésticos, que são exercidos principalmente pelas mulheres. Atividades como por exemplo, cortar lenha, coletar água, limpar a casa, preparar alimentos e cuidar de pessoas não entram na produção nacional dos países. A mesma exclusão ocorreu na última versão, de 2008, em que o manual descreve a importância das economias desenvolverem contas satélites e relaciona as principais diretrizes a serem adotadas na sua formulação (VIECELI, 2020).

A desvalorização e invisibilidade econômica aos trabalhos domésticos não remunerados gera diversas distorções macroeconômicas, além de profundos impactos para as mulheres e meninas, o que veremos na próxima seção. Dentre os impactos para as mulheres e meninas cabe citar por hora que a não valorização social dos trabalhos de cuidados gera uma penalização para todas as mulheres, o que Folbre (2017) chama de "care penalty". O fato desses trabalhos serem exercidos pelas mulheres de forma não remunerada nos domicílios tem impacto salarial tanto para aquelas que os exercem no mercado, como também para as que trabalham em outros setores.

Alguns exemplos relacionados às distorções macroeconômicas da não valoração dos trabalhos não remunerados são levantados por Folbre (2015). Entre os quais, a amamentação. O leite materno é um produto produzido pelas lactantes. O fato dele não ser visto como parte da economia faz com que as mulheres que amamentam, ao invés de comprarem fórmulas, contribuam negativamente para a produção nacional. Mesmo que a amamentação seja extremamente importante para os primeiros meses de vida da criança para a constituição do sistema imunológico. Outro exemplo semelhante são os pais que, ao invés de contratar um serviço no mercado, cuidam dos filhos ou das pessoas idosas. Eles estão contribuindo para a redução do PIB dos países.

O Sistema de Contas Nacional, portanto, apesar de sua grande importância nacional e internacional, é bastante falho e discriminatório. Utilizando a analogia de Carrasco (2017), enxergamos somente a ponta de um grande iceberg, sustentando pela sua base. Acima da linha de flutuação está o Estado, o sistema produtivo e o mercado, e abaixo as comunidades e os espaços de manutenção da vida humana. Os dois lados são transistêmicos e constituídos por tempos e lógicas distintas. A lógica do mercado não é a mesma de reprodução da vida humana e da natureza. Ocorre que, o sistema mercantil está minando as suas bases de sustentação, impondo sua lógica de funcionamento de seus processos ao conjunto da manutenção social. Essa dinâmica é responsável pelas crises econômicas, ambientais e de cuidados atuais.

É necessário, portanto, repensar como a ciência econômica é formulada, e isso implica em mudanças profundas nos paradigmas e na maneira como são realizadas as políticas macroeconômicas. A começar pela mudança da centralidade e objetivos da economia.

A pauta de gênero e políticas inclusivas ganharam força entre os principais organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Estas instituições partem da análise de que as desigualdades de gênero se fundamentam a partir de fatores relacionados à falta de oportunidades. Dessa forma, as mulheres têm menos oportunidades quando comparadas aos homens, à educação, à renda monetária, à ativos como terra, e imóveis, ao conhecimento tecnológico e científico. (FMI, 2018, BM, 2020).

Em relação especificamente à América Latina, o Banco Mundial no relatório “Cerrar las Brechas de Género en La América Latina y el Caribe”, publicado em 2020, relaciona importantes avanços para as mulheres no continente nos últimos anos, principalmente relacionados com a diminuição da mortalidade materna, aumento da escolaridade, crescimento da participação no mercado de trabalho, e em espaços de representação política. No entanto, permanecem entraves relacionados à alta taxa de fertilidade entre as jovens, desigualdades no mercado de trabalho, e violência doméstica (BM, 2020).

As principais soluções apontadas pelas instituições estão ligadas a políticas de acesso à educação, crédito e oportunidades para empreender, incentivo ao ingresso no mercado de trabalho inclusive em posições majoritariamente masculinas como nas áreas de tecnologia e engenharia. Dessa forma, as instituições enxergam que, retirando as barreiras às oportunidades, as mulheres são empoderadas, levando a mudanças inclusive relacionadas à diminuição da violência doméstica. A defesa dessas medidas é apoiada ainda na análise de que as desigualdades de gênero são impedimentos para o crescimento econômico e desenvolvimento dos países, bem como ao aumento da produtividade das empresas.

De forma geral, as soluções relacionadas pelos organismos internacionais por si são importantes, na medida em que coloca a questão do gênero como indicador na pauta das políticas públicas. No entanto, parte de premissas que não solucionam o problema de todas as mulheres, porque permanecem invisibilizando os trabalhos reprodutivos. As mulheres e meninas que não trabalham monetariamente e não estudam, não o fazem somente porque não possuem oportunidade.

As mulheres que não estão no mercado de trabalho, em sua maior parte não estão em casa ociosas, elas trabalham várias horas em atividades não remuneradas. Esse trabalho necessariamente deve ser exercido por alguém. Portanto, aumentar as oportunidades no mercado de trabalho para as mulheres e meninas não resolve o problema dos trabalhos reprodutivos e das desigualdades de gênero.

No relatório do Banco Mundial de 2020, a instituição considera que um dos empecilhos para as mulheres não ingressarem no mercado de trabalho ou permanecerem em ocupações de meio turno está relacionado com os trabalhos domésticos não remunerados. Além disso, pondera que boa parte das ocupações femininas são vinculadas à setores de cuidados, saúde, educação e emprego doméstico, atividades mal remuneradas e com alto nível de informalidade. A solução apontada pela instituição está principalmente no incentivo a educação feminina em outras áreas, mais produtivas, e em mudanças nas normas sociais de gênero, apoiando também os homens a realizarem os trabalhos domésticos.

Mesmo nessa situação, em que a instituição reconhece a existência dos trabalhos reprodutivos e seu impacto sobre as desigualdades de gênero, as soluções são parciais. Isto porque subestima a importância econômica e social destes trabalhos, e como o sistema de relações de cuidados dos países está imbricado com o sistema econômico produtivo.

Em um texto publicado em 2007, Helena Hirata e Danièle Kergoat, identificam as novas configurações da divisão sexual do trabalho, que se dá forma global. O ingresso de mulheres no mercado de trabalho, em países desenvolvidos, mas também nos países semi- industrializados, em posições de maior remuneração e mais intensivas em tempo, ocorreu a partir de modelos de conciliação e delegação. Isto se dá através de configurações diferentes dependendo do país.

Na conciliação as mulheres dividem o tempo de trabalho remunerado e não remunerado com seus parceiros (no caso de relacionamentos heterossexuais). O que na prática, mesmo em países com maior acesso a licenças parental, sempre sobrecarrega mais as mulheres. Em relação ao modelo de delegação, as mulheres delegam este trabalho à terceiras(os), sejam empregadas domésticas, serviços de cuidados disponíveis no mercado, ou rede de cuidados da comunidade. De toda a forma, em boa parte dos países, essas atividades são realizadas por outras mulheres, muitas migrantes, recebendo baixas remunerações e em condições de trabalho precarizadas. Ou seja, a desigualdade de gênero, de forma geral, não apresentou mudanças com o "empoderamento feminino", ela só mudou de configuração. Entramos no paradoxo de que "tudo muda, mas nada muda" (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597).



Além disso, as instituições internacionais em suas análises partem do pressuposto que as economias do Sul Global são economicamente e tecnologicamente atrasadas, e que, ao realizar políticas “certas”, estes países conseguiriam ascender economicamente. Nesse sentido, tornar as mulheres e os países periféricos mais produtivos e competitivos, levaria necessariamente ao crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

No entanto, a desigualdade social e de gênero, em diversos países do Sul, principalmente os agroexportadores, são retroalimentadas por mecanismos que dão dinamismo ao capitalismo internacional. A exemplo disso, grandes empresas exportadoras de alimentos, que se localizam em países periféricos são lucrativas justamente porque empregam força de trabalho feminina à baixo custo.

A liberalização do comércio, tende a beneficiar principalmente os países do Norte a expensas dos do Sul. Braunstein (2000), analisando o fluxo internacional de capitais e o comportamento das corporações internacionais, concluiu que boa parte das trabalhadoras do setor exportador dos países do Sul eram de baixa escolaridade, provenientes de famílias tradicionais, e mulheres mães sem cônjuge com restrições monetárias e de tempo. Aumentar a remuneração feminina e melhorar os direitos trabalhistas nestes setores, decorre muitas vezes na evasão dos investimentos estrangeiros diretos para outros países com legislações mais flexíveis.

As estruturas econômicas e a forma como o sistema capitalista se configuram nos diferentes países deve, portanto, ser considerada ao se formular políticas que visem a maior igualdade. Os trabalhos reprodutivos estão na raiz das opressões de gênero, e condicionam as estruturas desiguais de poder entre homens e mulheres e a divisão sexual do trabalho. Segundo Bakker e Gill (2003), estas relações de poder constituem a ordem de gênero, que molda e é moldada pela ordem econômica mundial. A ordem de gênero está entrecruzada por dimensões de raça e classe, considerando as diferentes realidades de cada região do mundo, e interagem a nível micro (indivíduos), meso (instituições) e macro (formas de estado, e organização mundial). Na próxima seção analisamos como estas relações produtivas e de gênero ocorrem na América Latina.

## DESCOBERTAS

Para analisar do que as mulheres latino-americanas necessitam, é importante que o ponto de partida seja sempre o da diversidade, buscando um olhar dos setores da população que são marginalizados pelo sistema econômico.

A visão de que a falta de oportunidades é o principal impedimento para o desenvolvimento dos países periféricos é limitada. Ela se baseia, principalmente, em um tipo específico de crescimento, que está relacionado com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

Os crescimentos do PIB e da renda monetária não estão diretamente relacionados com a melhoria da qualidade de vida de toda a população, principalmente das mulheres de classes e raças marginalizadas.



# QUAL A SITUAÇÃO DAS MULHERES NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS?

A desigualdade de gênero assume dinâmica particular nos países da América Latina, cuja formação dos Estados é marcada por processos de colonização e exploração dos recursos naturais por parte dos países colonizadores, e escravidão. Outra característica dessas economias são os altos indicadores de desigualdade social, que assume um caráter de segregação de gênero, raça e classe e é mantida por um sistema tributário regressivo, pela concentração de capitais e terras, intervenções internacionais e falta de serviços públicos.

Além disso, o modelo de formação industrial gerou historicamente excedentes populacionais desempregados ou subempregados. No caso das mulheres, seu ingresso no mercado de trabalho, ocorreu de maneira marginal e segregada, às custas de outras mulheres, as empregadas domésticas remuneradas, e de uma rede de relações de cuidados comunitárias.

A forma como a força de trabalho feminina é integrada no mercado está relacionada com a estrutura produtiva e social das economias. O processo de industrialização dos países latino-americanos é marcado primeiramente por reformas protecionistas, conhecido como Processo de Substituição de Importações (PSI), vigente até meados dos anos 1970 e característico de algumas regiões como Chile, Brasil, Argentina, México, Uruguai, e mais tardiamente Peru e Colômbia. Outros países como Nicarágua, Honduras, Panamá, El Salvador, Paraguai, Bolívia e Equador, irão se industrializar mais tardiamente, de forma distinta, marcado por mercados abertos, com forte vinculação com a moeda estadunidense (VASCONEZ, 2012).

A partir do esgotamento do PSI somada à crise do endividamento e as violentas ditaduras militares, implantadas com suporte dos Estados Unidos e aliados nos anos 1970 e 1980, inicia um processo de liberalização dos mercados e diminuição da presença do Estado como provedor de políticas sociais. As economias passam por um processo de reprimarização, em que se prioriza um modelo exportador, voltado aos interesses internacionais, destruindo as produções domésticas e comunitárias.

Isla (2015), destaca o caráter brutal das ditaduras implantadas em diversos países latino-americanos, e a imposição de políticas neoliberais pensadas pelos economistas da escola de Chicago, tendo como suporte o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros bancos comerciais internacionais. "The experience of Latin American countries shows that primitive accumulation did not occur only once but has been repeated under current globalization process"<sup>1</sup> (ISLA, 2015, p. 11).

Com o aprofundamento do endividamento das economias latino-americanas nos anos 1980 e o anúncio da moratória no México em 1982, crescem também as imposições pela redução de dispêndio de recursos públicos para o provimento da reprodução social, bem como privatização de empresas estatais e flexibilização das leis trabalhistas por parte do FMI e do Banco Mundial. Como resultado, se aprofundam as instabilidades políticas e econômicas bem como a pobreza e da concentração de renda e fragilizam as instituições representativas dos trabalhadores e os movimentos sociais (ISLA, 2015).

De forma geral, as economias dos países latino-americanos permanecem demarcadas por heterogeneidades estruturais, onde grandes empresas pouco produtivas, convivem com pequenas e médias dependentes. Os salários são represados pela baixa produtividade das grandes empresas, levando à formação de um mercado de trabalho marcado por altos níveis de

---

1. A experiências dos países Latino Americanos demonstra que a acumulação primitiva não ocorreu somente uma vez, mas se repetiu ao longo do processo de globalização (ISLA, 2015, p. 11, tradução nossa)

informalidade e pobreza e uma economia concentradora de capitais, cenário que se agrava pela abundância de força de trabalho e concentração de terras (VASCONEZ, 2012).

As mulheres estão empregadas principalmente nos setores de serviços como também em indústrias voltadas para exportação de commodities e manufaturas, com elevada elasticidade-preço. Essas atividades são caracterizadas por baixas remunerações, baixo acesso à direitos trabalhistas e baixa representação sindical (SEGUINO, GROWN, 2006).

As políticas de bem-estar social adotadas pelos países latino-americanos durante os anos 1980, segundo Vasconez (2012), voltaram-se para os indivíduos pobres, ou extremamente pobres, baseado na ideia de que a pobreza é uma questão de iniciativa e oportunidade, além disso o acesso à rede de seguridade social era bastante segmentado. A partir dos anos 2000, há uma mudança na forma como são realizadas, dado a baixa eficácia das políticas anteriores, passou-se a adotar modelos de desmercantilização e universalização. No entanto, aponta a permanência da desvinculação das políticas voltadas ao bem-estar social com os trabalhos de cuidados, e as falhas da não incorporação da esfera doméstica dentro da econômica, o que incorre na permanência de estruturas desiguais de acesso à recursos como tempo e trabalho.

Vasconez (2012) destaca que o crescimento econômico que ocorreu nos países latino-americanos entre os anos 2002 a 2008 foi importante para a diminuição da pobreza de forma vertiginosa na região, ainda que desigual entre as diferentes economias. No entanto, a proporção de mulheres em domicílios pobres, comparado com o dos homens, aumentou entre os anos de 2000 e 2009 em grande parte dos países. A autora atribui alguns fatores para tal ocorrência, como o maior percentual de mulheres sem renda, quando comparado ao dos homens, ainda que ocorra uma tendência à queda; o menor percentual de mulheres proprietárias de ativos; a falta de visão das políticas de combate à pobreza sobre a situação das mulheres e do trabalho voltado para os cuidados. Ao mesmo tempo em que há um aumento relativo das mulheres em domicílios pobres, ocorre um crescimento dos domicílios cuja mulher é a principal fonte de renda, o que a autora atribui tanto à questão da crise econômica, ao aumento da migração de mulheres, como também dos domicílios monoparentais femininos.

A desigualdade latente nos países latino-americanos também pode ser observada no acesso às políticas de bem-estar social relacionadas aos cuidados de pessoas. Segundo Esquivel (2012), apesar das diferenças entre as economias, os regimes de cuidados na América Latina, ou seja, o conjunto de políticas econômicas e sociais voltadas às pessoas que necessitam de cuidados, possuem algumas características comuns. A começar que não são universais, as principais responsáveis pela oferta de cuidados são as famílias, em especial as mulheres, e, portanto, são compreendidos como assunto de âmbito privado. Como consequência, as políticas de conciliação família-trabalho são vistas como assuntos relacionados às mulheres, partindo da ideia de que o cuidado deve ser ofertado pela mãe. Além disso, há elevada fragmentação da cobertura efetiva, associada principalmente a direitos relacionados ao trabalho formal. Essa situação é bastante contraditória dado o nível de informalidade dos países latino-americanos. As soluções são encontradas tanto via mercado, pelas famílias de classe média, ou via comunidade, dada a baixa cobertura pública.

Observa-se uma piora nas condições econômicas e sociais dos países latino-americanos a partir da crise econômica nos anos 2015, que foi conjugada com um processo de instabilidade política e de intervenções internacionais na região. Esta dinâmica tende a aprofundar a situação de vulnerabilidade das pessoas que exercem trabalhos reprodutivos, e, em particular, a situação feminina, impactando sobre o bem-estar de toda a sociedade.

A medida em que, por um lado, cresce a concentração de riqueza no mundo e a pobreza dos países do Sul, e, por outro, as mulheres dos países ricos ingressam no mercado de trabalho em carreiras de longas jornadas, concomitante à diminuição da presença das políticas de seguridade social nas duas partes do mundo, aumenta o fluxo migratório de mulheres do Sul para o Norte para trabalharem como empregadas domésticas e de cuidados.

Esse redirecionamento dos trabalhos domésticos e de cuidados dos países do Sul para os do Norte é analisado por Hochschild (2003), que enxerga o cuidado e o amor das empregadas domésticas do Sul como o novo ouro dos países dentro da relação global de comércio contemporâneo, permitindo que as mães dos países ricos se insiram em carreiras de longas jornadas de trabalho



e de maior remuneração, às custas do trabalho das mulheres do Sul e a perda do cuidado de suas mães por parte das crianças dos países periféricos, que muitas vezes não as acompanham.

Yeats (2014) caracteriza essa relação como cadeia global de cuidados, que se relaciona com as cadeias globais de valor, na medida que as economias dos países periféricos se especializam na produção de produtos para serem exportados aos países do Norte, seja na agricultura ou nas manufaturas de baixo valor agregado, degradando o meio ambiente, desconstruindo as economias locais e levando ao crescimento da migração, muitas vezes incentivada pelos países de origem, já que os migrantes enviam parte da renda à suas famílias residentes nos países periféricos.

A intensificação da liberalização dos mercados nos países periféricos resultou em efeitos deletérios para as economias da periferia, levando a dificuldades relacionadas ao balanço de pagamentos, aumento da volatilidade econômica e declínio no nível de crescimento dos países. Mesmo assim, a América Latina segue uma agenda de austeridade econômica, mantendo elevadas taxas de juros, como justificativa de controle inflacionário. Essas políticas contribuem sobremaneira para a redução do crescimento econômico (SEGUINO, GROWN, 2006).

A crise pandêmica aprofundou as desigualdades sociais, entre nações e internamente, afetando principalmente as mulheres de classes e raças marginalizadas, mas também a população jovem de baixa escolaridade. Em relação as desigualdades de gênero, de forma distinta de outras crises econômicas, a pandemia da Covid-19 afetou principalmente as atividades exercidas pelas mulheres. A necessidade de distanciamento social levou ao fechamento de serviços como hotéis, restaurantes, escolas, escolas de educação infantil, atividades exercidas principalmente por mulheres. Além disso, a pandemia levou ao aumento dos trabalhos não remunerados exercidos informalmente nos domicílios, cujas principais ofertantes são as mulheres. A sobrecarga de trabalho doméstico ligada aos cuidados somada ao aumento do desemprego feminino, levou à forte redução da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Além disso, a pandemia atingiu principalmente a população de baixa renda, com baixo acesso a infraestrutura de saneamento básico, e recursos como água encanada. Pires et al (2020),

identificou que a população de baixa renda no Brasil não é somente mais vulnerável aos efeitos econômicos da pandemia, como a perda de empregos, mas também aos efeitos sobre a saúde. Isto porque, há uma maior incidência entre a população pobre a doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e outras.

O aprofundamento das desigualdades de gênero nos países latino-americanos, deve refletir na esfera micro, com aumento da dependência econômica das mulheres, da violência doméstica, e casamentos precoces. As mulheres, principalmente as mais vulneráveis, mais uma vez sofrem as principais consequências da crise conjugada a políticas de austeridade fiscal.

## DESCOBERTAS

A forma regressiva de tributação tende a aprofundar as desigualdades de gênero, uma vez que os homens, principalmente os brancos, atuam nos setores com rendas mais elevadas, que proporcionalmente são a minoria e possuem a maior parte dos ativos como terras e capital.

A desvalorização e a invisibilidade econômica dos trabalhos domésticos não remunerados gera diversas distorções macroeconômicas, além de profundos impactos para as mulheres e meninas.

Os trabalhos reprodutivos estão na raiz das opressões de gênero, condicionam as estruturas desiguais de poder entre homens e mulheres e a divisão sexual do trabalho.

## QUE ECONOMIA DESEJAMOS?

A pandemia da Covid-19, portanto, deverá intensificar as desigualdades de gênero já existentes no mundo, atingindo principalmente os países periféricos, que já estavam em crise econômica. É o que constata relatório produzido pela OXFAM (2021), que entrevistou 295 economistas de 79 países. As causas estão relacionadas à fatores estruturais, que se aprofundaram durante a crise pandêmica, somada à falta de planejamento para mitigar os efeitos da pandemia. Além disso, somam-se outras questões recentes, dentre as quais: o desemprego estrutural decorrente das novas tecnologias poupadoras de força de trabalho; mudanças climáticas, que impactam principalmente a população das zonas rurais, dificultando a produção de alimentos; e o envelhecimento populacional que intensifica o tempo de trabalho das mulheres voltados aos cuidados.

Torna-se, portanto, urgente a realização de políticas voltadas não somente para o retorno do crescimento do PIB, mas principalmente de enfrentamento às desigualdades, de gênero e raça estruturantes. Para tanto é necessário planejamento em diferentes níveis e a atuação ativa do Estado alocando recursos para investimentos em infraestrutura básica, em setores voltados aos trabalhos reprodutivos e de cuidados, que possam garantir empregos de qualidade para mulheres e homens, reduzindo as desigualdades de gênero, e transformando as normas sociais.

É necessário pensar em uma economia cuja centralidade não seja principalmente o crescimento econômico, mas a preservação da vida e do bem viver, em suas diferentes formas. Essa agenda vem ganhando espaço internacionalmente, em diferentes estudos e organismos internacionais. Um exemplo é o projeto "Measuring National Well-Being" ou "Mensurando o Bem-Estar Nacional"

que procura analisar os indicadores relativos à qualidade de vida da população. Este projeto representa uma extensão do relatório publicado por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), que constatou os limites dos indicadores econômicos, sua desconexão com a realidade das pessoas e a necessidade de definição de novas métricas e mensurações econômicas ((STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009, p. 9).

A questão da desigualdade de gênero foi tema também dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborado em 2015 pela Organização das Nações Unidas, com base nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio de 2010. No relatório, a igualdade de gênero aparece como um direito fundamental a ser perseguido pelas nações, bem como um dos pressupostos para construir um mundo próspero, pacífico e sustentável. Antes disso, em 1995, a Plataforma de Pequim definiu diversos objetivos relacionados à diminuição das desigualdades de gênero, e erradicação da violência contra as mulheres.

Em relação ao enfrentamento da crise econômica pandêmica a nível da América Latina, em 2021 foi firmado o Compromisso de Santiago, que indica políticas fiscais contracíclicas voltadas para mitigar os efeitos da crise, reduzir as desigualdades de gênero e a pobreza. A Plataforma inclui uma série de políticas relacionadas à economia do cuidado, o enfrentamento à violência doméstica, voltadas às mudanças nas normas sociais de gênero, e à inserção das mulheres nas políticas fiscais, entre as quais as tributárias e de gastos públicos (CEPAL, 2021).

A reforma tributária progressiva é central, tanto para o enfrentamento da crise, possibilitando o financiamento de programas de acesso à renda básica e desoneração principalmente do consumo das famílias de baixa renda. Mas também deve ser utilizada como ferramenta para redução das desigualdades estruturais, em que pese a de gênero, raça e classe. Políticas tributárias com foco em gênero devem considerar que mulheres e homens possuem diferentes características de inserção no mercado de trabalho, padrões de consumo, e acesso à ativos (GROWN, VALODIA, 2010). Essas estruturas estão ligadas às normas de gênero, e a sobrecarga dos trabalhos domésticos não remunerados sobre as mulheres, que afetam na sua participação no mercado de trabalho, conforme destacado anteriormente.

A forma regressiva de tributação tende a aprofundar as desigualdades de gênero, na medida em que os homens, principalmente brancos, estão nas faixas de renda mais elevadas e detém a maior parte dos ativos como terras e capital, cujas alíquotas são proporcionalmente baixas. Cargas tributárias que incidem principalmente sobre impostos indiretos, como é o caso dos países latino-americanos, impactam relativamente mais as mulheres. Isto ocorre devido à estrutura do mercado de trabalho, dado que a renda média feminina é inferior à masculina. Além disso, as políticas extrafiscais que utilizam a desoneração tributária, normalmente beneficiam os setores industriais em que os homens estão sobrerrepresentados, o que intensifica as desigualdades de gênero no mercado de trabalho (CEPAL, 2021).

Políticas de elevação dos impostos indiretos também pode decorrer na intensificação dos trabalhos domésticos não remunerados. Isto ocorre pela redução dos recursos voltados para aquisição de bens que possam diminuir o tempo relacionado à essas atividades, afetando principalmente as mulheres, suas principais ofertantes. Outra forma de intensificação das desigualdades de gênero por meio da tributação é a utilização de modelos cobrança de imposto sobre renda em que são considerados os rendimentos conjuntos, com deduções tributárias para o casal com dependente. Esse formato de tributação tende a desincentivar a participação feminina no mercado de trabalho (CEPAL, 2021).

Uma reforma tributária que vise a redução das desigualdades, portanto, não deve somente priorizar a progressividade, como também o incentivo direto de políticas que beneficiam as mulheres. A exemplo disso, devem ser realizadas políticas de deduções tributárias ligadas ao setor de cuidados, como educação infantil, cuidados com idosos e saúde pública, que são principalmente empregadores de mulheres. Outra medida é a desoneração da cesta básica de alimentos, considerando que os domicílios chefiados por mulheres possuem gastos relativos em alimentos e produtos relacionados à saúde superiores aos masculinos (GROWN, VALODIA, 2010) Associado a isso, deve-se realizar o controle da evasão fiscal e de paraísos fiscais por meio de acordos internacionais e fiscalização pública.

A reforma tributária deve ser realizada em conjunto com políticas de despesas governamentais ligadas à gênero, que busquem aumentar o bem-estar da população. Nesse âmbito se configuram

as políticas voltadas à reprodução social, cuja responsabilidade deve ser compartilhada entre Estado, mercado e famílias (FRAGOSO, L. P., 2012). As políticas fiscais, não podem ser neutras a gênero, raça e classe. Para tanto, devem partir da análise de quais setores se beneficiam, a quem se dirigem os gastos, sob pena de reforçarem estruturas desiguais.

A agenda de austeridade fiscal que privilegia a manutenção de altas taxas de juros para o controle inflacionário, aumenta o endividamento público, e diminuiu a capacidade do Estado de realizar políticas fiscais contracíclicas. Como consequência, eleva o nível de desemprego e a informalidade. Essas políticas foram adotadas pela maior parte dos países latino-americanos, visando o crescimento do PIB por meio da estabilização econômica, principalmente o controle inflacionário. A um privilégio, portanto das políticas de estabilidade econômica ante as políticas sociais. Os resultados, foram melhorias nos balanços fiscais, diminuição da inflação, mas não levou ao crescimento sustentável (FRAGOSO, L. P., 2012).

Estas medidas estão alinhadas com a ideia o papel do Banco Central deve ser somente de controle de preços, e que deve atuar de forma "independente", como se esta instituição não fosse um instrumento de política econômica. A utilização da manutenção de altas taxas de juros para controle de preços impacta principalmente no emprego das mulheres dos países em desenvolvimento, conforme constatado por Braunstein e Heints (2008). A redução dos gastos públicos, recaem principalmente sobre setores empregadores de mulheres, quais sejam: educação e saúde.

As políticas de austeridade são acompanhadas pela flexibilização das leis trabalhistas, e diminuição do poder dos sindicatos, o que deteriora sobremaneira a parcela da população em maior vulnerabilidade. Além disso, a privatização de empresas estatais, que faz parte da agenda de austeridade, leva a diminuição da arrecadação do Estado e a falta de controle sobre recursos estratégicos, como energia e infraestrutura básica. Essa agenda, portanto, é deletéria para a vida das mulheres e das comunidades, aumentando a informalidade, a pobreza, elevando o preço de serviços básicos como eletricidade e gás e diminuindo o tempo da população disponível para os cuidados.



Por outro lado, políticas fiscais, monetárias e creditícias com viés de gênero, tendem a melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade. Isso ocorre porque as mulheres, quando comparadas com os homens, têm maior propensão a despenderem suas rendas em alimentação, saúde e educação (BRAUNSTEIN, E., HEINTZ, J, 2008; GROWN, C. AND I. VALODIA, 2010).

A inclusão das mulheres no orçamento enseja, por conseguinte, políticas que enxerguem a vida e o trabalho da população feminina. É necessário, portanto, a implementação de políticas que visem a elaboração de um sistema de cuidados capaz de integrar toda a sociedade, seja Estado, Comunidade, Famílias e Mercado. Nesta agenda é necessário a incorporação da política dos 4Rs: Reconhecimento, Redução, Redistribuição e Representação (OXFAM, 2020).

Reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como parte importante da estrutura econômica, que deve ser analisado através de pesquisas de uso do tempo, de forma a balizar políticas que assegurem acesso à renda às ofertantes destes trabalhos. A Redução do tempo voltado aos trabalhos não remunerados, por meio de acesso à infraestrutura básica, e eletrodomésticos como máquina de lavar e fogão a gás, que poupam tempo de trabalho, principalmente das mulheres e meninas. A Redistribuição do trabalho de cuidados entre toda a sociedade, em que não somente a família e a comunidade seja responsável, mas também o Estado e o setor privado. Essas políticas podem ser incentivadas por meio de mudanças legislativas, garantindo licença parental e licença para cuidado de pessoas idosas e doentes.

A Representação das trabalhadoras domésticas e de cuidados, por meio do incentivo a associações e organizações sindicais, processos de negociação coletivas e formalização do trabalho, tanto das trabalhadoras domésticas como das cuidadoras. Garantia de formalização e fiscalização das trabalhadoras de cuidados migrantes, por meio de acordos bilaterais entre países, ampliação da legislação e fiscalização no local de trabalho.

Além disso, uma agenda feminista voltada para o crescimento sustentável deve contemplar políticas para a população das zonas rurais, especialmente às mulheres, destinadas à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, assegurando a preservação do meio ambiente, o sustento

das famílias e alimentação diversificada e nutritiva. A desigualdade de gênero no campo, deve ser combatida também promovendo o acesso das mulheres à ativos como terra, água e tecnologia, bem como infraestrutura básica adequada que promova a diminuição do tempo destinado aos cuidados, coleta de água e lenha. As mulheres das zonas rurais possuem papel extremamente importante para a alimentação das suas famílias e para a preservação do meio ambiente. O acesso aos recursos produtivos de forma equitativa entre homens e mulheres possuem efeito profundo sobre a redução de pessoas em insegurança alimentar no mundo FAO (2011).

A fome e a pobreza se intensificaram durante e a crise pandêmica, e deverão se aprofundar. A produção monocultora para exportação, característica dos países Latino-Americanos, além de aumentar as desigualdades de poder e renda, degradam o meio ambiente e afetam os preços internos dos alimentos. Nesse sentido, é importante a implementação de programas de compras de alimentos pelo Estado e distribuição em escolas de educação infantil, instituições de cuidados de pessoas idosas, em refeitórios de empresas, órgãos públicos, e universidades. Incentivo a feiras comunitárias, assegurando alimentação saudável, acessível à toda a população, e garantia a preservação do meio ambiente.

Reivindicamos, portanto, uma economia voltada prioritariamente para a garantia do bem viver, que fortaleça a democracia e a participação popular, respeitando a vida e as diferenças entre as mulheres, crianças e homens. Uma economia feminista.

As políticas de austeridade vêm acompanhadas pela flexibilização das leis trabalhistas, e pela diminuição do poder dos sindicatos, o que deteriora sobremaneira a parte da população com maior vulnerabilidade. Além disso, a privatização de empresas estatais, que forma parte da agenda de austeridade, leva à diminuição da arrecadação do Estado e à falta de controle sobre recursos estratégicos, como energia e infraestrutura básica. Esta agenda, portanto, é nociva para a vida das mulheres e das comunidades, aumentando a informalidade, a pobreza, elevando o preço dos serviços básicos como eletricidade e gás, e diminuindo o tempo da população disponível para os cuidados.

## DESCOBERTAS

Torna-se urgente, portanto, a realização de políticas orientadas não apenas para o retorno do crescimento do PIB mas, principalmente, para enfrentar as desigualdades de gênero e de raça estruturantes.

Portanto, uma reforma tributária que busque a redução das desigualdades não deve somente priorizar a progressividade, mas também o incentivo direto de políticas que beneficiam as mulheres.

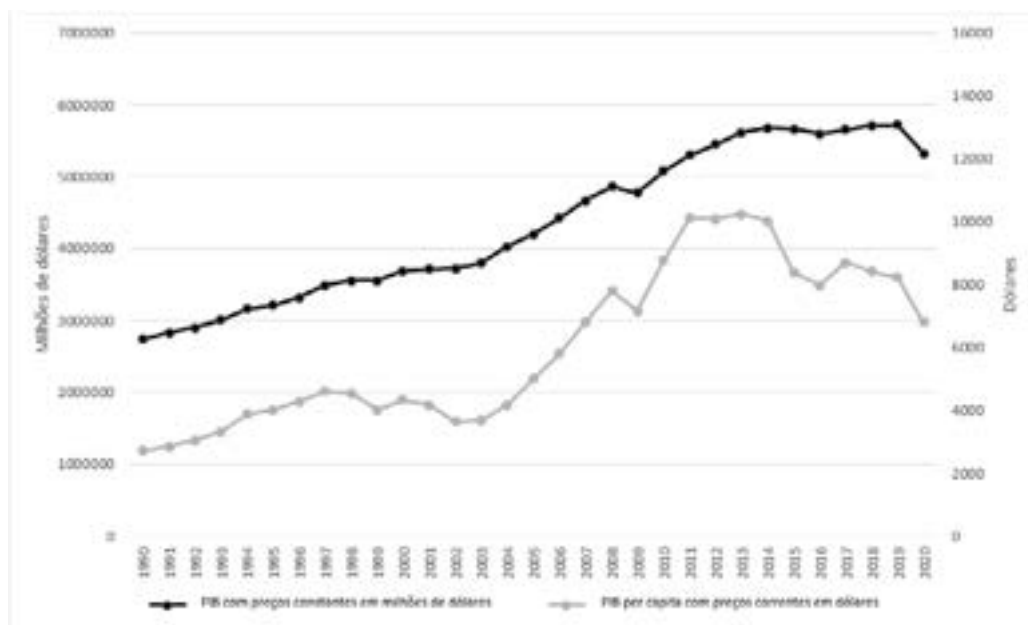
Reivindicamos, portanto, uma economia orientada prioritariamente para a garantia do bom viver, que fortaleça a democracia e a participação popular, respeitando a vida e as diferenças entre as mulheres, crianças e homens. Uma economia feminista.

# O QUE ACONTECEU COM AS MULHERES LATINO-AMERICANAS E SUAS OPORTUNIDADES ECONÔMICAS?

A América Latina cresceu quase ininterruptamente durante as últimas duas décadas. Com exceção dos anos 2009 e 2020 devido à crise financeira internacional e à pandemia da Covid 19 que mostram quedas importantes do produto, no restante do período se observa um bom desempenho econômico medido pelo PIB, especialmente entre 2000 e 2008. Nos anos seguintes o crescimento se manteve, mas com taxas menores e desde 2014 houve um estancamento.

O PIB per capita também mostra uma tendência positiva desde 2002, com uma queda em 2009, mas com uma forte retomada entre 2010 e 2011, um estancamento entre 2012 e 2014 e desde 2015 uma queda. Apesar dessa queda, o nível do PIB per capita antes da pandemia era de mais do que o dobro que em 2003 quando foi iniciada a tendência crescente.

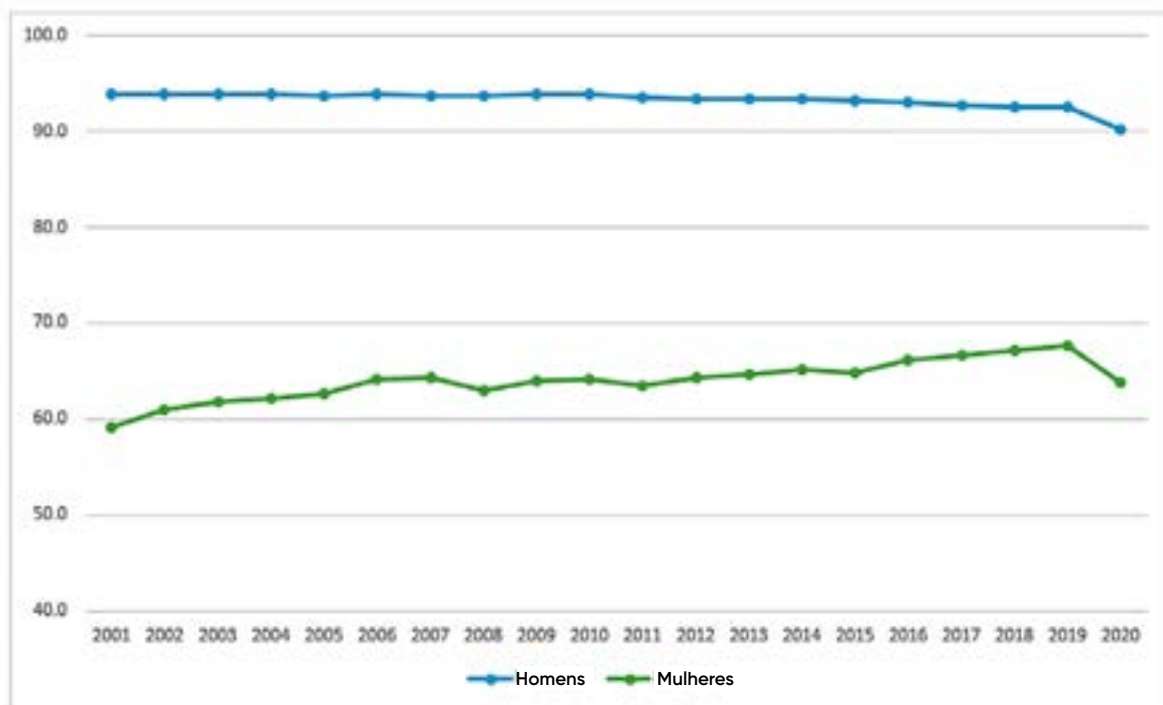
**Evolução do Produto Interno bruto (PIB) na América Latina. Em dólares**



Fonte:  
CEPALSTAT,  
[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALS-TAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALS-TAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Apesar da evolução positiva no nível macro, as oportunidades econômicas das mulheres permaneceram limitadas. Ainda que elas tenham aumentado sua participação no mercado de trabalho, essa participação ainda permanece distante da dos homens. Em todos os países latino-americanos persistem as brechas. No primeiro ano da pandemia, foi ampliada a brecha dado que a mesma afetou mais as mulheres, mostrando a fragilidade dos avanços.

### Evolução da taxa de participação da população de 25 a 59 anos de idade na América Latina, segundo o gênero (%). América Latina

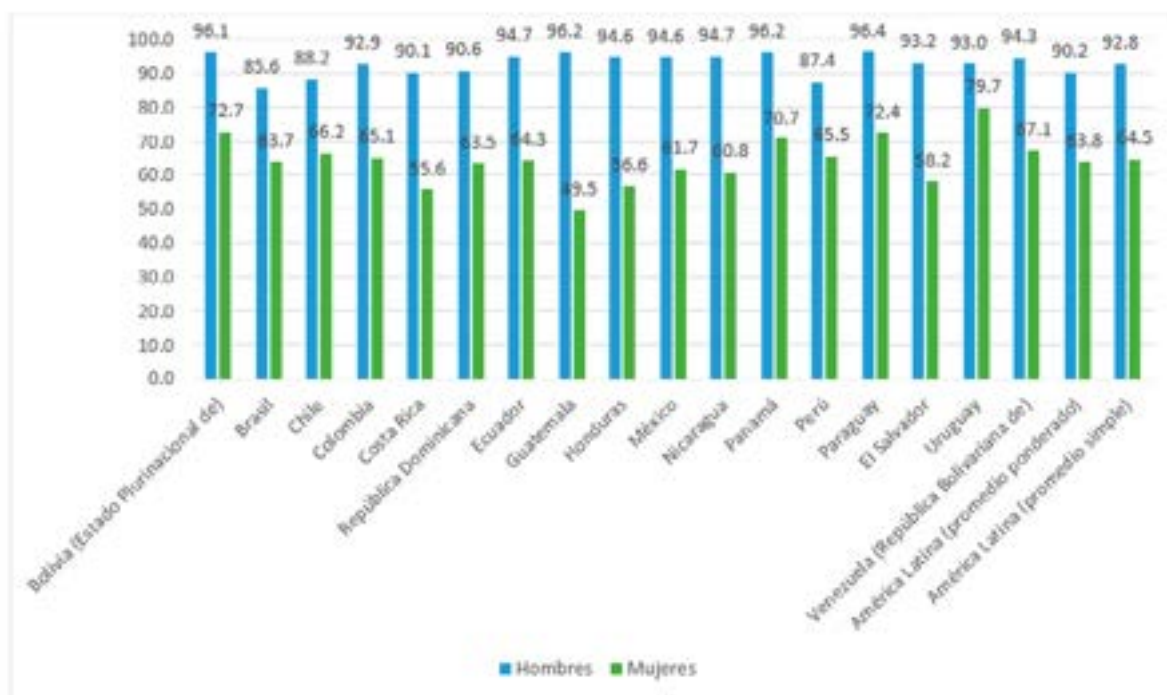


Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Na maioria dos países latino-americanos, com exceção do Brasil, do Chile e do Peru, no ano 2020, a participação dos homens superava 90,0%; em contraste, com participação das mulheres que variava entre 49,5% (Guatemala) e 79,7% (Uruguai).

**Taxa de participação da população de 25 a 59 anos de idade, segundo gênero, por país (%). Ano 2020**



Fonte: CEPALSTAT,

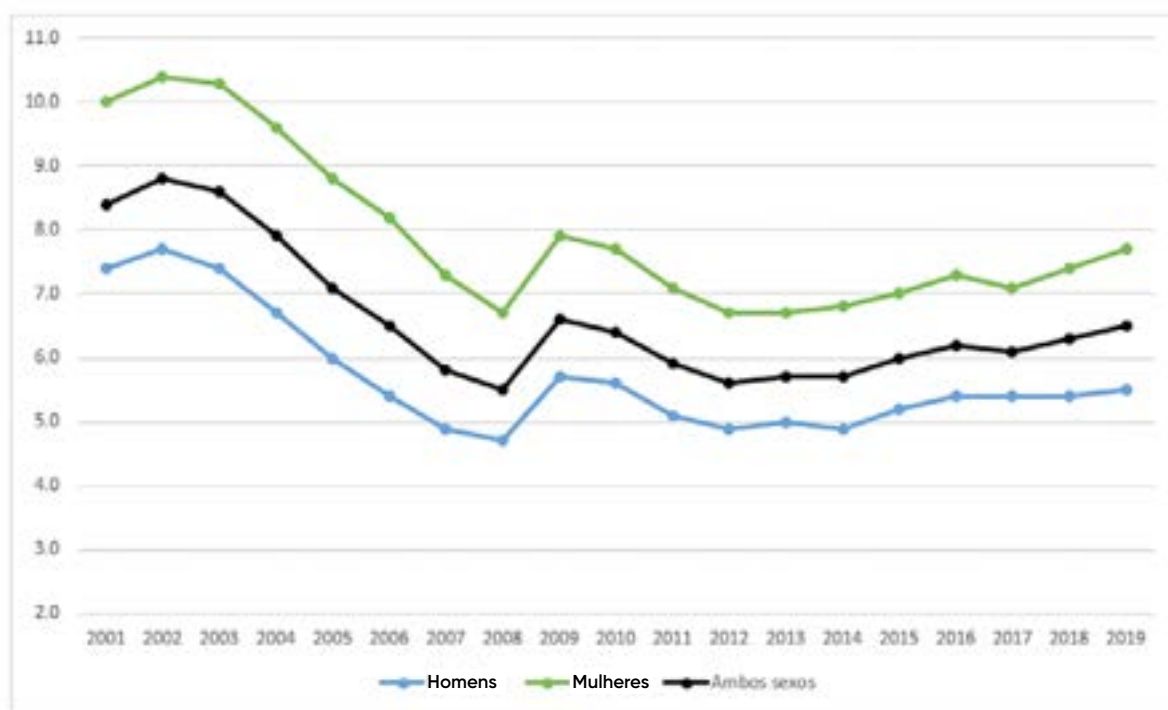
[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

O crescimento econômico contribuiu com a redução do desemprego, com uma rápida queda até o ano 2008, antes da crise financeira. Após uma retomada, nos anos seguintes diminuiu até voltar a seu nível inicial e depois iniciou uma subida exacerbada pela pandemia em 2019.

O desemprego feminino se manteve acima do masculino enquanto a brecha por gênero diminuiu levemente, mostrando a dificuldade das mulheres mesmo com um contexto de crescimento econômico.



### Evolução da taxa de desemprego aberto segundo gênero (%). América Latina

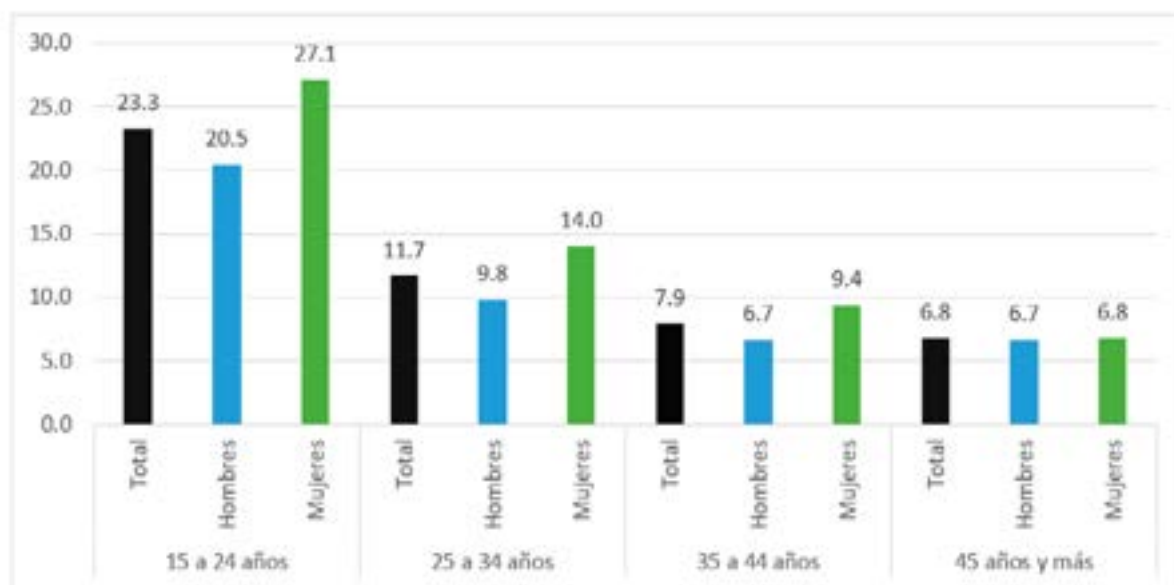


Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Em 2020, o desemprego feminino foi maior em todos os grupos de idades, mas principalmente nos jovens. Entre 15 e 24 anos, não somente a taxa de desemprego foi substancialmente maior que em outras idades, mas também a brecha entre homens e mulheres.

**Taxa de desemprego aberto urbano segundo gênero e grupos de idade (%).  
América Latina. Ano 2020**

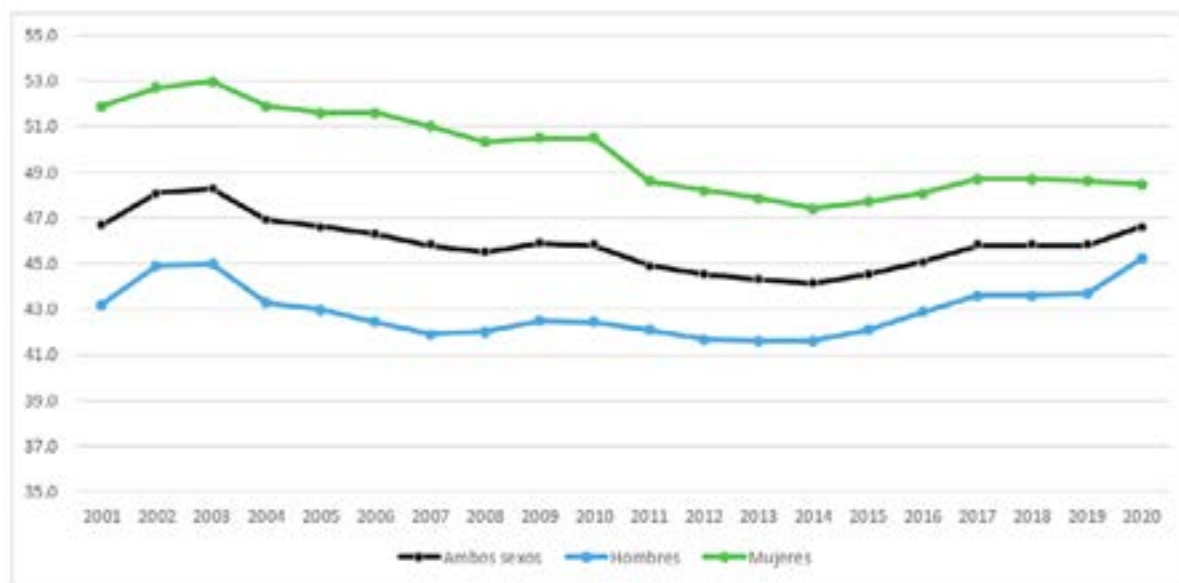


Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Ao longo de todo o período de crescimento econômico se observa uma redução do peso relativo das ocupações de baixa produtividade, não obstante, seu nível mais baixo é 44,1% dos trabalhadores se encontrava nesta situação (2014). A proporção de mulheres se manteve sempre acima da dos homens. A partir de 2014 se observa um rápido retrocesso no indicador especialmente para os homens.

**Evolução da porcentagem de ocupados urbanos em setores de baixa produtividade  
(setor informal) do mercado do trabalho, segundo gênero (%). América Latina**

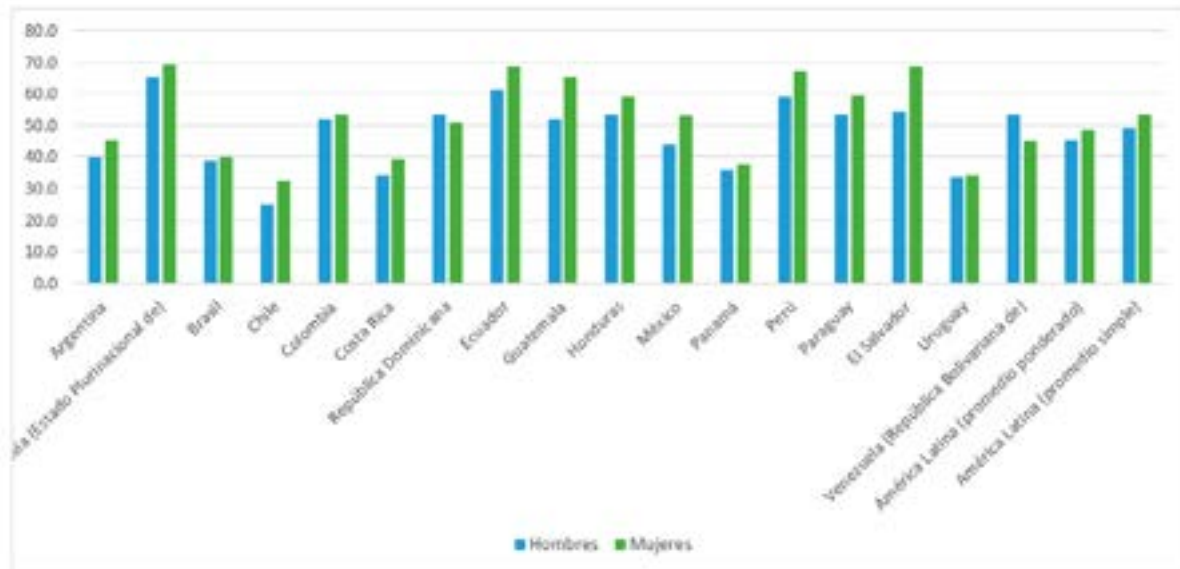


Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Quando é analisado o último ano disponível (2020) para cada um dos países latino-americanos se pode ver que em todos eles, com exceção da Venezuela, as mulheres se encontram em desvantagem em relação aos homens.

**Ocupados urbanos em setores de baixa produtividade (setor informal)  
do mercado de trabalho, segundo o gênero, por país (%). Ano 2020**

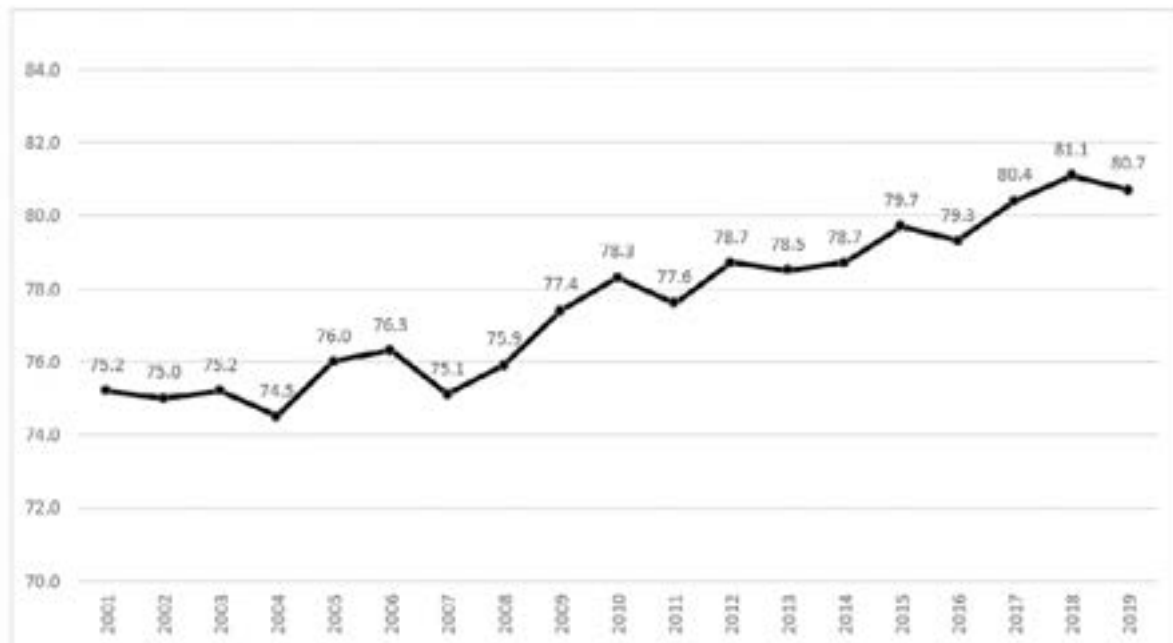


Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Agregam-se às brechas nas condições trabalhistas às de renda. As rendas das mulheres latino-americanas se manteve abaixo da dos homens ainda que seja observada uma tendência positiva. No ano 2001, a renda das mulheres representava 75,2% da dos homens, porcentagem que aumentou para 80,7% em 2019.

**Evolução da relação da renda média de trabalho entre os gêneros (%).  
América Latina**



Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

A menor participação econômica das mulheres, sua maior informalidade e, portanto, exclusão dos sistemas previdenciários contributivos e o trabalho com familiares não remunerados faz que uma proporção muito maior de mulheres do que de homens não conte com rendas próprias. A brecha por gênero se reduziu, mas continua sendo elevada. Em 2001, 16,3% dos homens não tinha uma renda própria diante de 44,0% das mulheres; em 2020 estas cifras passaram para 13,3% e 27,0% mostrando a persistência da brecha, mas com uma tendência decrescente.

### Evolução da população sem renda própria por gênero (%). América Latina



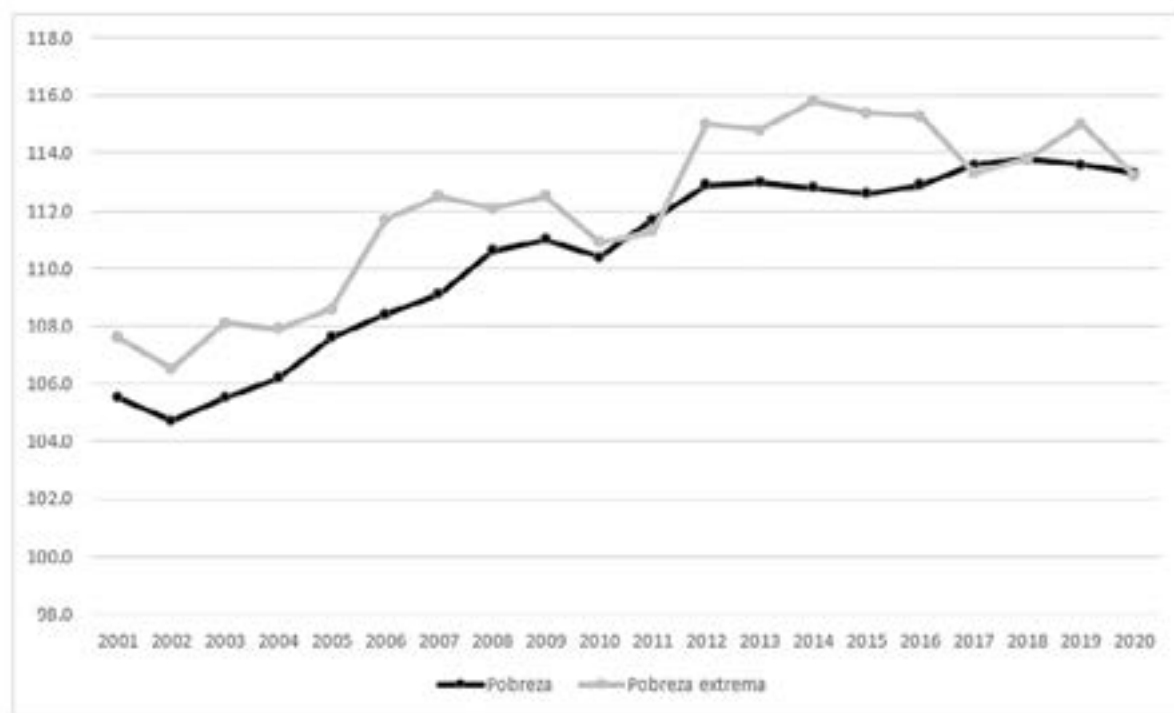
Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Outro indicador que reflete os problemas econômicos que as mulheres enfrentam é sua maior presença nos lares em situação de pobreza e pobreza extrema. Apesar dos progressos em sua inserção econômica e da redução de algumas brechas trabalhistas, as mulheres se concentram nos estratos com menores rendas, com uma tendência ao aumento.

No início do período estudado, por cada 100 homens em situação de pobreza e extrema pobreza, tinha 105,5 e 107,6 mulheres nessa situação, respectivamente. Em 2020, por cada 100 homens nesses lares havia 113,2 mulheres.

### Índice de feminidade da pobreza extrema e da pobreza. América Latina



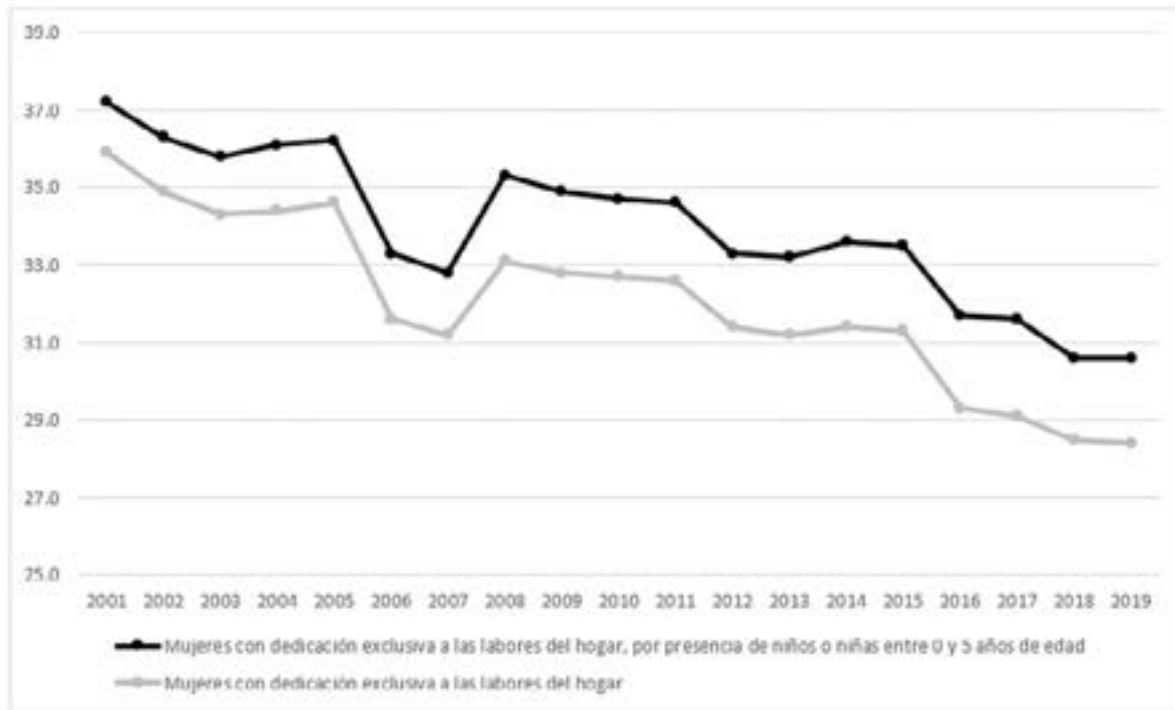
Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Um dos fatores estruturais que limitam a participação econômica das mulheres e melhores resultados no mercado de trabalho é a sobrecarga de trabalho derivada do trabalho não remunerado - doméstico e de cuidado -. Um pouco mais de um quarto das mulheres se dedica de maneira exclusiva às tarefas do lar; essa cifra se eleva a um terço quando habitam no lar meninos e meninas de 0 a 5 anos. No início do período (2001), cerca de 36% das mulheres estavam nessa situação.



### Evolução da proporção de mulheres com dedicação exclusiva às tarefas do lar (%). América Latina



Fonte: CEPALSTAT,

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)

Como se pode ver, os altos níveis de crescimento econômico não permitiram progressos substanciais e permanentes nas oportunidades econômicas das mulheres e na redução das desigualdades. Foram necessárias taxas sumamente altas de aumento do PIB para gerar mudanças, e quando estas desaceleraram os progressos estancaram e inclusive retrocederam, mostrando a fragilidade das melhorias.

## REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL – BM.** *World Bank. Cerrar las brechas de género en América Latina y el Caribe, 2020.* <http://documents1.worldbank.org/curated/es/565721583482001337/pdf/Closing-Gender-Gaps-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf>
- BAKKER, I; GILL S.** *Ontology, Method, and Hypotheses.* In: BAKKER, I; GILL, S. *Power, Production and Social Reproduction.* New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- BRAUNSTEIN, E.** *Engendering Foreign Direct Investment: Family Structure, Labor Markets, and International Capital Mobility.* *World Development.* 28(7): 1157-1172, 2000.
- BRAUNSTEIN, E., HEINTZ, J** (2008) *Gender bias and central bank policy: employment and inflation reduction, International Review of Applied Economics, 22:2, 173-186, 2008.*
- CARRASCO, C.** *La economía feminista. Um recorrido a través del concepto de reproducción.* *Ekonomiaz. Revista vasca de Economía,* 2017, vol. 91, p. 50-75.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL.** *Compromisso de Santiago. Um instrumento regional para responder à crise da Covid-19 com igualdade de gênero.* Fev. 2021. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46721/1/S2100048\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46721/1/S2100048_pt.pdf)
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL.** *Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe. Los desafíos de la política fiscal en la recuperación transformadora pos-COVID-19, Santiago, 2021.*

**ESQUIVEL, V.** *Cuidado, economía y agendas políticas: una mirada conceptual sobre la “organización social del cuidado” en América Latina.* In: ONU MUJERES. *La economía feminista desde América Latina: una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región.* Santo Domingo: Creative Commons, 2012. Cap. 3.

**FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO.** *The State of Food and Agriculture 2010-2011: Women In Agriculture, Closing the gender gap for development.* Rome, 2011.

**FOLBRE, N.** *Valuing Non-market work.* UNDP Human Development Report Office: Think Piece. New York. United Nations Development Program, 2015. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/folbre\\_hdr\\_2015\\_final\\_0.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/folbre_hdr_2015_final_0.pdf)

**FOLBRE, N.** *The care penalty and gender inequality.* In: AVERETT, Susan, LAURA M.A, SAUL D. H., eds. *The Oxford Handbook of Women and Economy*, Oxford University Press. pp. 1-28, 2017.

**FMI.** *How to operationalize gender issues in country work.* Washington, 2018. <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/PP/2018/pp060118howto-note-on-gender.ashx>

**FRAGOSO, L. P.** *Análisis de género de las políticas fiscales: agenda latinoamericana.* In: ONU MUJERES. *La economía feminista desde América Latina: una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región.* Santo Domingo: Creative Commons, 2012. Cap. 7.

**GROWN, C. AND I. VALODIA** *Taxation and Gender Equity*, London: Routledge, 2010. <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/43684/IDL-43684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

**HOCHSCHILD, A. R.** *Love and gold.* In: EHRENREICH B.; HOSCHILD R. *Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy.* New York: Metropolitan Books, 2003.

**SEGUINO, S.** GROWN, C. *Gender Equity and Globalization: Macroeconomic Policy for Developing Countries*, *Journal of International Development*, 2006, 18(8).

**VASCONEZ, A.** *Mujeres, hombres y las economías latinoamericanas: un análisis de dimensiones y políticas*. In: ONU MUJERES. *La economía feminista desde América Latina: una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región*. Santo Domingo: Creative Commons, 2012. Cap. 1.

**VIECELI, C.** *Economia feminista e trabalhos reprodutivos não remunerados: conceito, análise e mensuração, 2019*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

**HIRATA, H.** KERGOAT, D. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n.132, p. 595-609, 2007.

**ISLA, A.** *The “greening” of Costa Rica. Women, Peasants, Indigenous Peoples and the Remaking of Nature*. Toronto: University of Toronto Press, 2015.

**OXFAM, O Vírus da desigualdade.** *Unindo o mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*. Jan. 2021. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122\\_PT\\_Final\\_ordenado.pdf](https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/01/bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf)

**OXFAM.** *Tempo de cuidar. O trabalho não remunerado e mal pago e a crise global de desigualdade*. Jan. 2020. Disponível em: [https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120\\_Tempo\\_de\\_Cuidar\\_PT-BR\\_sumario\\_executivo.pdf](https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf)

**STIGLITZ, J.;** SEN, A; FITOUSSI, J-P. *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. 2009. Disponível em: <http://files.harmonywithnatureun.org/uploads/upload112.pdf>

**WARING, M.** *Counting for nothing: what men value and what women are worth.* Toronto: University of Toronto Press, 2004.

**VASCONEZ, A.** *Mujeres, hombres y las economías latinoamericanas: un análisis de dimensiones y políticas.* In: ONU MUJERES. *La economía feminista desde América Latina: una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región.* Santo Domingo: Creative Commons, 2012. Cap. I.

**YEATS, N.** *Global Care Chains: Bringing in Transnational Reproductive Laborer Households.* In: DUNAWAY, W. (ed.). *Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production.* California: Stanford California Press, 2014. p. 175-189.

# ¿QUÉ CRECIMIENTO ECONÓMICO NECESITAN LAS MUJERES?

Propuestas para un desarrollo con perspectiva de  
género en América Latina y el Caribe

2022

